ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

PAUTA DA REUNIÃO

69ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção

Data: 12 de março de 2025 às 14:30horas – Via Plataforma ZOOM

Pauta:

1. Leitura da Ata do dia 19 de novembro de 2024;

2. Apresentação do Senhor Marcos Tadeu de Andrade – Presidente do Conselho/ Secretário da CGE;

3. Deliberar quem substituirá as seguintes entidades no Conselho:
   Servidores Públicos do Estado de Goiás;
   Fórum Goiano de Combate à Corrupção;
   Ministério Público Estadual;

4. Processo SEI nº 202400013002465 (Casa Civil) solicitando informações sobre os Conselheiros:
   Nomes
   CPFs
   Data de início e do fim dos mandatos;

5. Ranking 2024 – (Júnior José Costa – Gerente de Transparência Institucional);

6. OGP 2025/2026 (Thiago Barros F. de Farias – Assessor);

7. Notificação de Transferências Especiais - (Júnior José Costa – Gerente de Transparência Institucional);

8. Cronograma de reuniões para 2025.

DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO
No dia 12 de março de 2025, às 14h:30 (quatorze horas e trinta minutos), teve início, em primeira convocação, via plataforma ZOOM, contando com a presença de 13 (treze) dos seus membros, titulares e suplentes, a 69ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção – CTPCC. Na ocasião o Sr. Diego Ramalho Freitas, Secretário Executivo do Conselho, declarou aberta a reunião e submeteu à aprovação a ata da reunião anterior, previamente enviada por e-mail aos conselheiros. Não havendo objeções, a ata foi aprovada por unanimidade.Em seguida, passou-se ao segundo item da pauta, a apresentação do novo controlador, Dr. Marcos Tadeu, que retorna à Controladoria-Geral do Estado. Dr. Marcos destacou sua experiência anterior na instituição entre 2019 e 2021, período em que atuou como controlador de controle interno e correição, e reafirmou seu compromisso com a continuidade dos projetos em andamento, como o Programa Estudantes de Atitude e o Programa de *Compliance* nos Municípios. Ele anunciou a criação da Subcontroladoria de Operações Especiais, uma nova área voltada a inspeções e cooperação com órgãos externos, como a Polícia Civil, para fortalecer o controle no final do mandato governamental. O Dr. Juscimar Pinto Ribeiro, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), saudou o retorno do Dr. Marcos, desejou boas vindas e destacou a importância da continuidade das políticas públicas de transparência, colocando a OAB à disposição para colaborar e solicitou o novo organograma da CGE-GO assim que for criada a nova Subcontroladoria de Operações Especiais.Prosseguindo, foram apresentados dois novos membros do conselho: Dr. Ronaldo Araújo e Dra. Juliana Manzi, representantes da Secretaria da Economia. A Dra. Juliana Manzi, Superintendente Financeira da Economia, declarou ser sua primeira participação no conselho e manifestou o desejo de contribuir para a transparência e o combate à corrupção. O Dr. Ronaldo Araújo, Gerente de Programação Financeira, mencionou sua experiência anterior no conselho entre 2019 e 2020, quando atuava na Secretaria de Estado da Administração (SEAD), destacou a importância da transparência e do combate à corrupção e reiterou seu compromisso com os objetivos do CTPCC.O terceiro ponto da pauta tratou da saída de três entidades do conselho:Servidores Públicos do Estado de Goiás;Fórum Goiano de Combate à Corrupção e Ministério Público Estadual. O Sr. Diego Ramalho Freitas abriu chamada para que os conselheiros indicassem entidades da sociedade civil para preencher as vagas, com votação prevista para a próxima reunião. As indicações serão formalizadas por e-mail.O quarto ponto da pauta é um processo SEI (202400013002465)enviado pela Casa Civil à CGE-GO, para a atualização dos membros de todos os conselhos do estado de Goiás, sendo necessário que todos os membros atualizem seus dados junto ao CTPCC para envio das informações de todos os membros dos conselhos de políticas públicas do Estado.No quinto item da pauta, discutiu-se a atualização sobre rankings de transparência no ano de 2025. O convidado Sr. Júnior José Costa, Gerente de Transparência da CGE-GO, apresentou o calendário de 2025 para os rankings de transparência, destacando o desempenho de

Goiás, que alcançou 100% no ranking da ATRICON em 2024, sendo o único estado a atingir tal marca. Ele detalhou o histórico dos três rankings e os preparativos para manter o desempenho no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) daATRICON; na avaliação da Controladoria-Geral da União (CGU) por meio do Mapa Brasil Transparente (MBT) e no Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) da Transparência Internacional Brasil, incluindo o mapeamento e a atualização de dados e parcerias com órgãos estaduais. O Dr. Marcos Tadeu questionou a parametrização e a comparabilidade entre os rankings, sugerindo atenção aos indicadores para garantir sua aplicabilidade à realidade goiana. Sr. Diego Ramalho observou que na edição anterior (2022) do ITGP teve uma discussão dentro do CONACI, que é o Conselho de Controles Internos do Brasil, e realmente, apesar de chamar o ranking de transparência, existem vários itens de governança, com indicadores tanto de controle e*compliance*como de correição, então transparência é um dos itens, o que dificulta a comparabilidade entre os rankings. O Sr. Júnior esclareceu que a Transparência Internacional abrange governança, além de transparência, com base em boas práticas nacionais e internacionais e que sugestões estão sendo enviadas até 16 de março de 2025.O sexto ponto da pauta abordou as notificações de transferências especiais. O Sr. Júnior informou que, conforme instrução normativa do Tribunal de Contas da União (TCU), órgãos que recebem emendas parlamentares federais devem notificar os conselhos locais ou instância de controle social, na ausência destes, o Conselho de Transparência, no prazo de 30 dias após o recebimento dos recursos. Dois processos foram recebidos: um da Agência Brasil Central (ABC), sem conselho próprio, e outro da Universidade Estadual de Goiás (UEG), que notificou o Conselho Estadual de Educação. Foi criada uma planilha de controle, a ser compartilhada com os conselheiros. Adicionalmente, mencionou-se a publicação, em 6 de março de 2025, de um decreto estadual (Decreto nº 10.653/2025), construído de forma intersecretarial, que estabelece uma plataforma de transparência para emendas federais, em desenvolvimento pela Secretaria de Gestão e Planejamento (SGG), com prazo de 90 dias para implementação. Em seguida informou sobre a realização do Seminário de Pesquisa de Emendas Parlamentares, pelo INSPER em São Paulo. Doutor Marcos Tadeu ressaltou que a plataforma de transparência para emendas federais vai facilitar o acompanhamento pela Controladoria Geral do Estado de Goiás. A Professora Cristhyan Martins Castro Milazzo, da UEG, confirmou a adequação do procedimento adotado sobre a comunicação das emendas parlamentares recebidas pela UEG e perguntou sobre o seminário do INSPER em São Paulo, agendado para 28 de março de 2025. O Sr. Júnior esclareceu que o evento é gratuito e aberto a interessados, com convite a ser compartilhado. Diego Ramalho ressaltou que esse é um tema muito importante e que devemos gastar muita energia nesse assunto. No sétimo item da pauta, o Sr. Thiago, assessor da Controladoria, apresentou o plano de ação da Open Government Partnership (OGP) para 2025-2026, publicado após a adesão de Goiás à iniciativa. O plano, construído com base em consultas públicas, foca em

quatro compromissos: participação social (promover educação cidadã e auditorias cívicas), ouvidoria e controle social (fortalecer o ecossistema de ouvidoria), transparência e dados abertos (consolidar Goiás como referência) e inovação e sustentabilidade (alinhar políticas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). O plano, disponível em inglês no site da OGP e no chat da reunião, terá execução até outubro de 2026.O Prof. Kleber Domingos de Araújo da UFG relembrou que participou desde o início, desse processo de adesão à OGP e que vê os resultados e as perspectivas futuras, então, fica muito feliz de estar participando desse momento.Por fim, o Sr. Diego Ramalho Freitas submeteu à aprovação o cronograma de reuniões para 2025, previamente enviado por e-mail e sem objeções recebidas. O cronograma foi aprovado por unanimidade. A Dra. Anna Carolina Miranda Bastos do Vale, suplente da OAB, agradeceu a participação e reforçou a disponibilidade da entidade para colaborar com os projetos discutidos.Não havendo mais assuntos a tratar, às 15h20 (quinze horas e vinte minutos), o Secretário Executivo declarou encerrada a reunião.

Nome	**Assinatura**
Controladoria-Geral do Estado	
Titular 1: (Presidente) Marcos Tadeu de Andrade	-
Suplente: Francisco Taveira Neto	
Titular 2: (Secretário Executivo): Diego Ramalho Freitas	-
Suplente: Bruno Carvalho Cavalcante Rolim	
Secretaria de Estado da Casa Civil	
Titular: Renatto Neves Vieira	-
Suplente: Rodrigo Carvalho Curvo	
Secretaria de Estado da Economia	
Titular: Juliana Manzi Porto	-
Suplente: Ronaldo Pinheiro de Araújo	-
Procuradoria-Geral do Estado	
Titular: Mheliza Mariani Mendes Loyola Rios Machado	
Suplente: Andréa Cristina Gomes dos Santos	

Secretaria de Estado de Estado da Administração	
Titular: Fabiane Falcomer dos Santos	
Suplente: Roberta Rodrigues Costa	
Fórum Goiano de Combate à Corrupção	
Titular: Aguardando Indicação	
Suplente: Aguardando Indicação	
Associação Goiana de Imprensa	
Titular: Jales Rodrigues Naves	
Suplente: Valterli Leite Guedes	
Fórum Empresarial	
Titular: Rubens Fileti	
Suplente: Regina Guimarães de Moraes e Silva Falbo	-
Grande Loja Maçônica do Estado de Goiás	
Titular: Carlos Alberto Barros de Castro	
Suplente: Mário Martins de Oliveira Neto	
Fórum das Universidades Privadas	
Titular: Regina Ster de Moraes	-
Suplente: Jorge de Jesus Bernardo	
Universidade Federal de Goiás	
Titular: Prof. Kleber Domingos de Araújo	-
Suplente: Pedro Henrique Evangelista Duarte	
Universidade Estadual de Goiás	
Titular: Cristhyan Martins Castro Milazzo	-
Suplente: Neusa Maria Ravaroto	

Ministério Público Estadual	
Titular: Fabiana Lemes Zamalloa do Prado	
Suplente: Adriano Godoy Firmino	
Tribunal de Contas dos Municípios	
Titular: Lara Cristina de Olival Kovtunin	
Suplente: Ricardo Sartori Cella	
Sindicato dos Gestores Governamentais do Estado de Goiás	
Titular: Edmilson Moura de Oliveira	
Suplente: Eduardo Aires Berbert Galvão	
Ordem dos Advogados do Brasil	
Titular: Juscimar Pinto Ribeiro	-
Suplente: Anna Carolina Miranda Bastos do Vale	-
Fórum em Defesa dos Servidores e Serviços Públicos do Estado de Goiás	
Titular: Aguardando Indicação	
Suplente: Aguardando Indicação	
Comitê para Democratização da Informática	
Titular: Isabel Sampaio Antonácio Monteiro	-
Suplente: Quimico Iamamoto Pacheco	
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Goiânia	
Titular: Helena Machado Ribeiro	
Suplente: Luiz Antônio Ribeiro de Souza	-